

**JUSTIFICATIVA POR NÃO DIVISÃO DE COTAS RESERVADAS PARA
MICROEMPRESA (ME) OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP)**

Processo 41256/2026

Objeto: Pregão Eletrônico para a aquisição de pares de pés de bancos em ferro fundido para bancos de madeira, modelo francês 7 (sete) réguas, destinados às praças e parques municipais, visando atender as necessidades da Secretaria de Ação Urbana e Serviços Públicos da Prefeitura Municipal de Rio Verde – GO.

Justifica-se a não divisão de cotas reservadas para Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, para o item estimado acima de R\$ 80.000,00, pelos motivos que seguem, estereotipados no ETP;

“O parcelamento poderia comprometer a padronização estética e estrutural dos bancos instalados nas praças e parques municipais, uma vez que diferentes fornecedores poderiam apresentar variações de acabamento, dimensões, resistência do material e qualidade do ferro fundido, ocasionando incompatibilidades entre os componentes e prejuízo à uniformidade visual dos espaços públicos.

Ademais, a contratação de múltiplos fornecedores acarretaria maior complexidade na gestão contratual e na fiscalização, dificultando o controle de qualidade dos materiais fornecidos, bem como a responsabilização por eventuais defeitos ou inconformidades, o que poderia resultar em aumento de custos administrativos e operacionais para a Administração.

Destaca-se, ainda, que o fornecimento por um único contratado favorece a economia de escala, possibilitando melhores condições comerciais, padronização dos produtos, uniformidade na entrega e maior eficiência logística, especialmente considerando a necessidade de distribuição dos materiais em diversos pontos do Município.”

Sendo assim, as cotas não serão reservadas a fim de evitar as adversidades e eventuais atrasos no momento da entrega, entre os possíveis fornecedores distintos. Conquanto, o item supracitado será destinado à participação geral, onde as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte também poderão participar.

É notório que a restrição à participação de outras empresas, apesar de amparada pela Lei Complementar nº 123/2006 não é absoluta conforme expressa o inciso I do artigo 48. Da mesma forma, não se aplicará o disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006 quando o tratamento diferenciado e simplificado não for vantajoso para a Administração Pública ou representar prejuízo ao conjunto do objeto a ser contratado (art. 49, inc. III).

Vejamos, o disposto no inciso II e III do artigo 49 da Lei Complementar n.º 123, que prevê a possibilidade de justificativa a fundamentar a não realização de licitação com tratamento diferenciado:

*Art. 49. Não se aplica o disposto nos arts. 47 e 48 desta Lei Complementar quando:
(....)*

II - não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

*III - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou **representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;***

O que se observa é que a Lei Complementar 123/2006 visa ampliar a participação das ME/EPP nas licitações, mas não elevar a hipossuficiência econômica das mesmas acima do interesse público. Dessa forma, é importante sopesar princípios pertinentes ao presente certame como o da competitividade, da economicidade, eficiência, e da razoabilidade, buscando-se a “proposta mais vantajosa para a administração” conforme é vislumbrado no artigo 5º da Lei n. 14.133/21.

Destarte, o artigo 44 da Lei Complementar nº 123/2006 não desampara as ME/EPP, contemplando o critério de desempate ficto, oportunizando equilíbrio na disputa com as demais empresas: “Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte”.

A não aplicação do dispositivo, que prevê a obrigatoriedade, é atenuada com o disposto na própria Lei, que, em seu inciso II e III, do artigo 49 prevê a possibilidade da não aplicação como já descrito.

É o que tínhamos a justificar para o prosseguimento do certame, sem que seja com Cotas Reservadas para Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte dos itens acima mencionados.

Rio Verde – Goiás, assinado e datado digitalmente.

Daniel Augusto Passari
Agente de Contratação